



ENAJUS

Encontro de Administração da Justiça

+



Prêmio Infosfera

Goiânia

3 a 6 nov 2026

Programação Detalhada



Sumário

Sobre o EnAJUS	03
Escopo e Objetivos	04
Histórico do EnAJUS	05-06
Prêmio Infosfera	07-08
Programação Sintética	09
Solenidade de Abertura	10
Palestra de Abertura A Crise do STF	11
Painel I Desenho institucional, pesquisas empíricas e políticas públicas na justiça criminal e na arbitragem	12
Painel CNJ	13
Minicurso	14
Sessões de Apresentação de Trabalhos	15-32
Sessão de Apresentação de Boas Práticas do Prêmio Infosfera	33
Cerimônia de Premiação e Encerramento	34
Realização e Apoio do EnAJUS 2026	35-36
Realização e Apoio do Prêmio Infosfera 2026	37
Comitê Organizador do EnAJUS 2026	36

Sobre o EnAJUS

O EnAJUS 2026 constitui a nona edição de evento científico que vem, desde 2018, promovendo a discussão, com base em evidências, das distintas dimensões teóricas, metodológicas e práticas, que compõem o funcionamento do sistema de Justiça.

O EnAJUS congrega várias áreas do conhecimento, como Direito, Administração Pública, Economia, Sociologia, Ciência Política, Tecnologia da Informação, Ciência de Dados, Psicologia, Comunicação, com a finalidade de gerar e disseminar conhecimentos capazes de melhorar os níveis de eficiência e de efetividade da Justiça. Essa ação é particularmente importante, na medida em que sistemas de justiça são, regra geral, caros, congestionados, lentos e pouco efetivos.

Isto considerado, o EnAJUS 2026 terá sessões destinadas a apresentações de trabalhos e painéis temáticos. Além disso, o evento oferecerá minicursos focados em métodos e técnicas de pesquisa, que visam oferecer oportunidades de capacitação a indivíduos interessados em ampliar o conhecimento sobre pesquisa em Administração da Justiça apoiada em dados e evidências.

Administração da Justiça é tema de alta relevância social e política, constitui um campo de conhecimento em fase de desenvolvimento, que abre uma grande avenida para pesquisas sobre como funcionam as instituições que compõem o sistema de justiça. A administração da justiça implica o uso coordenado e articulado de recursos, conhecimentos, pessoas, regras e leis, com o objetivo de resolver conflitos entre indivíduos, grupos e organizações. Consequentemente, sistemas de justiça bem administrados são uma conquista civilizatória das sociedades e contribuem para a paz social e para o desenvolvimento socioeconômico de países em geral. Sistemas de justiça bem administrados também podem fomentar relações sociais baseadas em valores e princípios éticos e morais, incluindo o respeito às leis e regras que regem tais relações e o reconhecimento dos direitos de grupos sociais e indivíduos.

O conceito de 'sistema de Justiça' envolve o funcionamento de organizações judiciais, como os tribunais, e outras instituições essenciais à justiça, como Ministério Público, Advocacia Pública, Advocacia, Defensoria Pública, tribunais administrativos, cartórios, polícias e órgãos de segurança pública. Inclui, também, as relações entre as organizações do sistema de Justiça e organizações de outros sistemas, como organizações políticas, governamentais, legislativas, do mercado e da sociedade civil. Como campo de pesquisa, a Administração da Justiça compreende múltiplas teorias e métodos de pesquisa, visando investigar a gestão do sistema de Justiça em diferentes perspectivas e níveis de análise. Trata da relação entre administração e provisão de justiça em um determinado contexto social, empregando múltiplas lentes conceituais e metodológicas.

Local do EnAJUS 2026

O EnAJUS 2026 será realizado no **SJ Premium Hotels Goiânia**.



Endereço

R. 22, 122 – St. Oeste, Goiânia

Escopo e Objetivos

O Encontro de Administração da Justiça – EnAJUS é um espaço de diálogo entre professores, pesquisadores, técnicos, gestores públicos, formuladores de políticas públicas, operadores do direito e alunos de graduação e pós-graduação interessados no tema.

O evento estimula o debate aprofundado entre os participantes e visa:

- a.** Ampliar, organizar e disseminar o conhecimento sobre Administração da Justiça;
- b.** Desenvolver redes de cooperação, com a troca de experiências relacionadas com a temática;
- c.** Disseminar o conhecimento a respeito de inovações e boas práticas de gestão em organizações do sistema de Justiça;
- d.** Promover a interdisciplinaridade, mostrando como a Administração da Justiça congrega várias áreas do conhecimento, como Direito, Administração Pública, Economia, Sociologia, Ciência Política, Tecnologia da Informação, Ciência de Dados, Psicologia, Comunicação;
- e.** Contribuir com a capacitação de indivíduos interessados em realizar pesquisas sobre Administração da Justiça com base em dados e evidências.

TEMA CENTRAL 2026

Políticas Públicas e Administração da Justiça: uma aproximação necessária

Histórico do EnAJUS

Uma trajetória em permanente expansão e consolidação científica

O EnAJUS teve início em 2018, e as duas primeiras edições, 2018 e 2019, realizadas em Brasília, Brasil, resultaram do trabalho cooperativo do grupo de pesquisa Administração da Justiça (AJUS), dos programas de pós-graduação em Administração e em Direito, ambos da Universidade de Brasília, do Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP) da Universidade de Lisboa, e do Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Sociais (IBEPES). A edição de 2020 teve Curitiba, Brasil, como cidade-sede e foi promovida no formato online, em decorrência da pandemia COVID-19. Juntaram-se ao grupo organizador do evento dois novos atores importantes: a Universidade Positivo (UP), por meio dos programas de pós-graduação em Administração e em Direito, e a Direção-Geral de Política de Justiça (DGPJ), do Ministério da Justiça de Portugal.

Em 2021, o EnAJUS foi realizado em formato híbrido, com atividades presenciais em Lisboa, Portugal, e atividades remotas e transmissão ao vivo pela internet. Ao grupo organizador anterior juntaram-se o Instituto de Investigação Interdisciplinar (IURIS), da Universidade de Lisboa, e os grupos de pesquisa Administração, Governo e Políticas Públicas do Poder Judiciário (GPJUs) e Gestão, Desempenho e Efetividade do Judiciário (GEJUD), do Brasil.

O EnAJUS 2022 foi realizado em Curitiba, Brasil, no formato presencial, com opção de participação remota para autores residentes fora do Brasil. A Escola de Formação Judiciária do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (EJuDFT), Brasília, Brasil, a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (FDUC), Coimbra, Portugal e o Instituto Brasileiro de Administração do Sistema Judiciário (IBRAJUS) passaram a integrar, em 2022, o conjunto de instituições e grupos de pesquisa responsável pela realização do evento. Em 2022 foi instituído o Prêmio Tomás de Aquino Guimarães de Melhores Trabalhos EnAJUS, atribuído a três trabalhos, um de cada categoria – Trabalho Empírico, Ensaio Teórico e Relatório Técnico. A outorga de prêmios aos melhores trabalhos passou a fazer parte da rotina do evento desde então.

A sexta edição do EnAJUS, realizada em 2023, em Brasília, teve como instituição anfitriã o Centro Universitário IESB e Acesso à Justiça como tema central. Acesso à justiça é tema complexo e polissêmico, que vai além do acesso aos órgãos de justiça e constitui grande desafio de sociedades em geral, especialmente nos países em desenvolvimento. Como tal, o tema foi tratado de forma transversal associado a diversos outros temas, como tecnologia, governança, políticas públicas etc. Destaca-se, nesta sexta edição, o apoio institucional do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em razão do alinhamento do evento com a política de pesquisas judiciais e ciência de dados, constante da Resolução nº 462/2022. O evento contou com uma conferência de abertura, tratando do tema “políticas públicas e acesso à justiça”, e com três painéis temáticos, os quais discutiram temas como a formação dos profissionais da Justiça, tecnologia e inovação, além da questão das interseccionalidades no acesso à justiça. Houve também o oferecimento de três minicursos de formação em pesquisa, sendo um deles presencial e os demais no formato telepresencial.

Em 2024, o EnAJUS foi realizado em Natal, RN, no período de 26 a 29 de novembro, tendo como anfitriões o Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA), da Universidade Potiguar (UNP), e o Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD), do Centro de Ciências Sociais (CCSA) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Neste ano, o tema central foi Paz, Justiça e Instituições Eficazes, em conexão ao título do Objetivo 16 de Desenvolvimento Sustentável (ODS 16) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas – ONU (2020). Novamente, o EnAJUS recebeu o apoio institucional do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que foi somado aos apoios do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), da Escola de Formação Judiciária (EJuDFT), do TRT da 21ª região, da Associação dos Magistrados do Trabalho da 21ª região, além da Capes e do CNPq. A edição de 2024 foi a que recebeu o maior número de trabalhos submetidos desde o início do EnAJUS. Foram recebidas 224 submissões, das quais 160 foram selecionadas e 112 fizeram parte das 28 sessões de trabalhos apresentados. O EnAJUS cresceu quase quatro vezes entre 2018 e 2024, quando passou de cerca de 60 para mais de 220 submissões nesse período. A competição aumentou de cerca de nove para sete trabalhos selecionados de cada 10 submetidos no mesmo período. Isso evidencia a elevação do nível de qualidade dos trabalhos e a importância crescente do evento na constituição de uma comunidade de pesquisadores interessados no tema da Administração da Justiça. O EnAJUS 2024 contou também com três painéis temáticos, três minicursos, reunião de grupos de pesquisa, sessão de lançamento de livros, exposição de dois observatórios de dados, além da palestra magna de abertura com a Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte. O EnAJUS passou a reunir, em 2024, mais de 130 participantes, entre professores, pesquisadores, técnicos, gestores públicos,

formuladores de políticas públicas, operadores do direito e estudantes de graduação e pós-graduação. Trata-se, portanto, de evento que se consolidou e tornou-se internacional rapidamente. O EnAJUS tornou-se realidade e um sucesso entre estudiosos e praticantes da Administração da Justiça por meio do trabalho voluntário de mais de uma centena de indivíduos, que atuaram como organizadores, palestrantes, autores de trabalhos, avaliadores e em atividades técnicas e de apoio operacional e logístico.

A oitava edição do EnAJUS, realizada em 2025, foi coordenada pelo Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), ampliando o número de parceiros do evento e reafirmando o seu caráter multiinstitucional.

A presente edição (2026) conta, como coordenadores principais, com dois novos parceiros: os Programas de Pós-Graduação em Direito e Políticas Públicas (PPGDP) e em Administração (PPGADM), ambos da Universidade Federal de Goiás (UFG). A entrada desses dois programas no grupo organizador do evento reforça a sinergia entre os campos do Direito e da Administração e consolida a atuação conjunta do PPGADM/UFG e do PPGDP/UFG na agenda de Administração da Justiça.

EDIÇÕES ANTERIORES

2018 e 2019: Brasília (UnB)

2020: Curitiba (Online)

2021: Lisboa (Híbrido)

2022: Curitiba

2023: Brasília

2024: Natal (UFRN/UnP)

2025: João Pessoa (UFPB)

Sobre o Prêmio Infosfera



O Prêmio Infosfera é uma homenagem ao esforço e à inovação de profissionais, equipes e instituições que estão transformando a gestão da informação na esfera pública brasileira. O prêmio atua como um mecanismo para consolidar uma trajetória nacional de excelência, reconhecendo iniciativas que superam desafios organizacionais e promovem melhorias diretas na qualidade dos serviços públicos. Mais do que uma premiação pontual, a iniciativa busca dar visibilidade nacional a soluções inovadoras, fomentando o compartilhamento de ideias, otimizando processos e servindo de referência técnica para a administração pública em todo o país.

Escopo e Objetivo do Prêmio

O principal objetivo do Prêmio Infosfera é reconhecer, dar visibilidade e disseminar boas práticas em gestão da informação, combatendo o isolamento de boas ideias e criando um repositório nacional de referências em governo eletrônico. O escopo de participação abrange qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja direta ou indireta, em todos os níveis federativos (Federal, Estadual, Distrital e Municipal) e em todos os Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário). Isso inclui ainda autarquias, fundações, empresas públicas, consórcios e os sistemas de controle, como Tribunais de Contas. Também contempla amplamente as instituições de Funções Essenciais à Justiça, englobando o Ministério Público, a Advocacia Pública e a Defensoria Pública de todo o país. A porta de entrada para concorrer ao reconhecimento é a Plataforma Infosfera de Boas Práticas, onde os órgãos devem cadastrar seus projetos, detalhar seus resultados e impactos para a sociedade e alcançar a classificação de Status Ouro na fase de avaliação técnica e admissibilidade.

Temáticas

As iniciativas devem estar alinhadas à finalidade da premiação e categorizadas dentro dos seguintes eixos temáticos:

- **Governança Digital e Eficiência:** Projetos que envolvam a transformação digital, ferramentas de interoperabilidade de sistemas e a inovação aplicada à prestação de serviços públicos.
- **Gestão Estratégica da Informação:** Adoção de inteligência de dados, implementação de Inteligência Artificial no setor público e soluções avançadas de gestão do conhecimento.
- **Transparência e Integridade:** Fomento contínuo à transparência governamental, inclusão digital, aprimoramento do controle social e práticas de compliance.
- **Preservação Digital e Memória Institucional:** Ações e metodologias para a curadoria de acervos governamentais, gestão de documentos nativos digitais e preservação da memória histórica institucional.
- **Privacidade, Segurança e Resiliência:** Estratégias e boas práticas de segurança cibernética, garantia de confidencialidade, proteção de dados e resiliência da infraestrutura informacional.
- **Outros Temas Correlatos:** Temáticas complementares como inovações em fluxos e processos organizacionais, projetos de cidades inteligentes e propostas voltadas para a sustentabilidade digital.

Categorias de Premiação

Uma vez classificadas e habilitadas na fase competitiva, as iniciativas concorrem ao reconhecimento em categorias distintas (não cumulativas):

- **Grande Prêmio Infosfera:** Concedido à prática com a maior pontuação global absoluta, representando o maior destaque da gestão da informação na esfera pública em 2026.

- **Destaque Regional:** Categoria que premia a iniciativa com maior pontuação técnica entre as instituições sediadas no Estado de Goiás, em homenagem ao local anfitrião do evento.
- **Destaque Municipal:** Distinção exclusiva voltada para prefeituras, secretarias e autarquias municipais, reconhecendo o esforço de inovação em nível local.
- **Menções Honrosas:** Reconhecimento concedido a práticas finalistas que demonstrarem mérito excepcional em aspectos como criatividade, superação tecnológica ou replicabilidade.
- **Referência em Boa Prática:** Categoria especial destinada a iniciativas de notório impacto nacional que se destacam estruturalmente fora do fluxo regular de avaliação.

Histórico do Prêmio Infosfera

O Prêmio Infosfera construiu uma trajetória ascendente e de sucesso para o fomento das capacidades estatais no Brasil. Em 2025, a cerimônia de premiação ocorreu na cidade de Curitiba (PR), ocasião em que 12 práticas provenientes de diferentes regiões do Brasil receberam o reconhecimento. A diversidade dos projetos agraciados em 2025 — que abrangeram desde iniciativas de modernização administrativa até o fomento de políticas de inclusão em escala local — evidenciou o potencial existente em múltiplas camadas do setor público e alicerçou a expansão atual.

Com o amadurecimento das suas metodologias e visando a perenidade do conhecimento, a edição de 2026 dá um passo definitivo, conectando de forma simultânea o ciclo de premiações com a Plataforma Infosfera de Boas Práticas (um repositório técnico interativo). A consagração deste ciclo se dará no dia 5 de novembro de 2026, em Goiânia (GO), em cerimônia realizada de forma integrada com o EnAJUS, unindo no mesmo espaço geográfico e conceitual os maiores nomes da pesquisa judiciária e os protagonistas da transformação e da gestão da informação pública.

Prêmio e o Ecossistema Infosfera



O Prêmio Infosfera não atua de forma isolada; ele é parte integrante do Ecossistema Infosfera. Trata-se de um conjunto de iniciativas, desenvolvidas para produzir um legado de conhecimento duradouro sobre gestão da informação no setor público brasileiro. O Prêmio funciona em sinergia com outros pilares que compõem este ecossistema, cobrindo, juntos, toda a cadeia de produção, reconhecimento, aplicação e disseminação do conhecimento:

1. **Congresso Infosfera:** Evento bienal de excelência acadêmica e profissional voltado à apresentação de trabalhos científicos, realização de debates e estabelecimento de networking entre pesquisadores, gestores e especialistas da área pública.
2. **Prêmio Infosfera:** O pilar de reconhecimento do ecossistema, atuando como um instrumento catalisador para dar visibilidade e premiar as melhores iniciativas e boas práticas em gestão da informação e governo eletrônico implementadas no Brasil.
3. **Plataforma de Boas Práticas:** Repositório técnico e colaborativo (boaspraticas.infosfera.inf.br) onde as experiências exitosas são catalogadas, propiciando que soluções inovadoras implementadas por um órgão possam ser replicadas para enfrentar desafios semelhantes em outros locais.
4. **InfosferaCast:** O podcast oficial do ecossistema, criado para ampliar o alcance das ações, difundir conhecimento técnico, compartilhar entrevistas exclusivas e aproximar os conteúdos de pesquisa à realidade cotidiana dos cidadãos, utilizando sempre uma linguagem dinâmica e acessível.

Programação Sintética

Visão geral das atividades do congresso

03.11.26

Terça-feira

08h00 às 09h00

Credenciamento

Recepção aos congressistas

10h30 às 12h00

Sessões 01 a 04

Apresentação de Trabalhos

14h00 às 15h30

Sessões 05 a 08

Apresentação de Trabalhos

16h00 às 17h30

Sessões 09 a 12

Apresentação de Trabalhos

18h00 às 18h30

Solenidade de Abertura

18h30 às 20h00

Palestra Magna

A Crise do STF

04.11.26

Quarta-feira

08h00 às 09h30

Sessões 13 a 16

Apresentação de Trabalhos

10h00 às 11h30

Painel I - Desenho institucional, pesquisas empíricas e políticas públicas na justiça criminal e na arbitragem

12h00 às 14h00

Intervalo para almoço

14h00 às 15h30

Sessões 17 a 20

Apresentação de Trabalhos

16h00 às 18h00

Painel CNJ

19h às 23h

Jantar de Integração

05.11.26

Quinta-feira

08h00 às 09h30

Sessões 21 a 25

Apresentação de Trabalhos

10h00 às 11h30

Sessões 26 a 30

Apresentação de Trabalhos

12h30 às 14h00

Intervalo para almoço

14h00 às 15h30

Sessões 31 a 34

Apresentação de Trabalhos

Sessão de Boas Práticas do Infosfera

16h00 às 18h00

Cerimônia de Premiação e Encerramento

- Encerramento dos eventos EnAJUS e Infosfera
- Premiação Infosfera e EnAJUS 2026
- Anunciar local do EnAJUS 2027

06.11.26

Sexta-feira

09h00 às 12h00

Minicurso Online

Políticas Públicas Judiciárias do CNJ em matéria de Direito Internacional

Solenidade de Abertura

03.11.26 • 18h00

Solenidade Oficial de Abertura do EnAJUS 2026

Boas-vindas institucionais, composição da mesa de honra e pronunciamento dos organizadores.

MESA DIRETORA E BOAS-VINDAS

Anfitriã

Profa. Dra. Jéssica Traguetto Silva

Coordenadora-Geral do EnAJUS 2026

Co-anfitrião

Prof. Dr. Platon Teixeira de Azevedo Neto

Vice-Coordenador do EnAJUS 2026

Prof. Dr. Saulo de Oliveira Pinto Coelho

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito e Políticas Públicas

Profa. Dra. Daniela Rosim

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Administração

Desembargador Eugênio José Cesário Rosa

Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região

Palestra de Abertura

03.11.26 • 18h30 às 20h

A Crise do STF

Desafios institucionais, legitimidade constitucional e os caminhos para o futuro da Justiça brasileira.



CONFERENCISTA MAGNA

Prof. Dr. Rubens Glezer

Professor Associado da FGV Direito SP.

Doutor em Teoria do Direito pela USP. Mestre em Direito e Desenvolvimento pela FGV Direito SP. Visiting scholar na NYU (New York University). Alia Direito Constitucional, Teoria do Direito e Filosofia Política na análise das instituições, especialmente o Supremo Tribunal Federal. Autor do livro "Catimba Constitucional"



COORDENAÇÃO E MEDIAÇÃO

Prof. Dr. Platon Teixeira de Azevedo Neto

Vice-Coordenador do EnAJUS 2026

Professor de Direito Processual do Trabalho da Universidade Federal de Goiás (UFG). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito e Políticas Públicas da Universidade Federal de Goiás (PPGDP/UFG).

Painel I

04.11.26 • 10h00 às 11h30

Desenho institucional, pesquisas empíricas e políticas públicas na justiça criminal e na arbitragem

Evidências, instituições e políticas públicas: caminhos para aprimorar a justiça criminal e a arbitragem no Brasil.



PALESTRANTE

Prof. Dr. Vinicius Gomes de Vasconcellos

Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), com período de sanduíche (PDSE/ Capes) na Universidad Complutense de Madrid (ESP) e de pós-doutoramento na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).



COORDENAÇÃO E MEDIAÇÃO

Prof. Dr. Gustavo Raposo

Universidade de Fortaleza (Unifor) e Universidade Federal do Ceará (UFC)

Painel CNJ

04.11.26 • 16h às 18h

Exposição 1

Políticas Judiciárias Nacionais Programáticas: desafios e perspectivas para a Administração da Justiça



CONDUÇÃO

**Clara da Mota Santos
Pimenta Alves**

Secretária-Geral do CNJ

Exposição 2

Da identificação do desafio ao desenho institucional: a construção do Projeto ELO



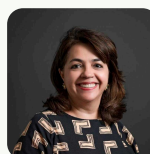
CONDUÇÃO

**Andreza Maris Gomes
Silva Santos**

Chefe de Gabinete da Secretaria-
-Geral do CNJ

Exposição 3

O modelo integrado de governança das Políticas Judiciárias Nacionais Programáticas



CONDUÇÃO

**Luciana Ortiz Tavares
Costa Zanoni**

Juiza Auxiliar da Presidência do
CNJ

Exposição 4

Da governança à gestão: operacionalização das Políticas Judiciárias Nacionais Programáticas



CONDUÇÃO

Marina Brazil Bonani

Chefe da Divisão de Governança
de Políticas Judiciárias Nacionais
do CNJ



COORDENAÇÃO E MEDIAÇÃO

Profa. Dra. Jéssica Traguetto Silva

UFG

Coordenadora-Geral do EnAJUS 2026

Minicurso

06.11.26 • 09h00 às 12h00

Minicurso online

Políticas Públicas Judiciárias do CNJ em matéria de Direito Internacional



MINISTRANTE

Prof. Dr. Thiago Oliveira Moreira

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Professor da UFRN. Doutor e Mestre em Direito pela Universidade do País Basco (UPV/EHU). Mestre em Direito pela UFRN. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFRN.

Sessões de Apresentação de Trabalhos

03.11.26

10h30 às 12h00

Sessão 01 • Sessão 02 • Sessão 03 • Sessão 04

p. 14–15

14h00 às 15h30

Sessão 05 • Sessão 06 • Sessão 07 • Sessão 08

p. 16–17

16h00 às 17h30

Sessão 09 • Sessão 10 • Sessão 11 • Sessão 12

p. 18–19

04.11.26

08h00 às 09h30

Sessão 13 • Sessão 14 • Sessão 15 • Sessão 16

p. 20–21

14h00 às 15h30

Sessão 17 • Sessão 18 • Sessão 19 • Sessão 20

p. 22–23

05.11.26

08h00 às 09h30

Sessão 21 • Sessão 22 • Sessão 23 • Sessão 24 • Sessão 25

p. 24–26

10h00 às 11h30

Sessão 26 • Sessão 27 • Sessão 28 • Sessão 29 • Sessão 30

p. 26–28

14h00 às 15h30

Sessão 31 • Sessão 32 • Sessão 33 • Sessão 34

p. 29–30

01**03/11/2026 10:30 às 12:00 • Sala 1****Mediação:** Fabrício Lunardi**Tema:** Ciência de dados e transformação digital**Relatório técnico****PROMOJUD: Avanços da Transformação Digital e da Governança no TJCE**

Roberta Kelma Peixoto de Oliveira Jucá, Rafaella Lopes Ferreira, Dina Maria Ferreira Ter Reegen Rodrigues, Levy dos Santos Martins, Augusto Cesar Avelino Oliveira

Trabalho empírico**DO DADO À DECISÃO: O iESGO COMO FERRAMENTA DE DIAGNÓSTICO PARA A FORMULAÇÃO E O APRIMORAMENTO DE POLÍTICAS JUDICIÁRIAS**

Armando Akio Santos Doi, Murilo Borsio Bataglia

Relatório técnico**Business Intelligence na Gestão Educacional de Escola Judicial: Inovação Baseada em Dados**

Joriza Magalhaes Pinheiro, Victor Alves Dias, Ana Paula Feitosa Oliveira, Moises Antonio Fernandes Monte Costa, Valdelicia Vieira da Silva

Trabalho empírico**O Uso da Ciência de Dados como Ferramenta de Acompanhamento de Política Pública: Um Estudo Sobre o Sistema Prisional Estadual.**

Kátia Michelle Matos de Oliveira, Andrea Sousa Martins, Mário David Magalhães Soares Fernandes, Ricardo Gleidson de Vasconcelos, Jordânia de Sousa Gomes

02**03/11/2026 10:30 às 12:00 • Sala 2****Mediação:** Pedro Correia**Tema:** Equidade e diversidade na gestão judiciária**Trabalho empírico****Análise de Práticas de Gestão para Pessoas com Deficiência (PCD) e Pessoas Idosas no TRT21**

Victor Humberto Santos de Souza, Maria Teresa Pires Costa, Marcos Fernando Machado de Medeiros

Trabalho empírico**Cooperação para gestantes e lactantes no TJMG: Política de Gestão com Recorte de Gênero no Poder Judiciário**

Aline Damasceno Pereira de Sena

Trabalho empírico**Entre Indução e Resposta Institucional: a Implementação da Política Judiciária de Equidade Racial no TJRN**

Erika Souza Corrêa Oliveira, Gaspar Alexandre Machado de Sousa

Ensaio teórico**Contratações Públicas pelo Poder Judiciário: Instrumento de Políticas Públicas Judiciárias Voltadas à Inclusão de Mulheres Vítimas de Violência Doméstica**

Penélope Hegele Fleury, Claudia Luiz Lourenço

03

03/11/2026 10:30 às 12:00 • Sala 3

Mediação: Rafael Rabelo Nunes

Tema: IA generativa: competências, aceitação e efeitos

Trabalho empírico

O Caminho de um Construto: A Aceitabilidade da GenAI por gestores públicos

Lea Farias Veicer Lima, Benjamin Miranda Tabak, Bernardo Oliveira Buta

Trabalho empírico

O Impacto da IA na Produtividade Judicial de uma Secretaria Judiciária

Marcelo Bezerra de Moura Fontenele, Danielle Estevam Albuquerque, Gastón Pierri Gonsebatt, José Luis Nunes

Trabalho empírico

Desenvolvimento de Competências no Uso de IA Generativa pelos Servidores do TST

Adriana Maria da Silva Vieira, Sérgio Costa Côrtes

Trabalho empírico

Quando a Inteligência Artificial Importa? Efeitos Condicionais da Inteligência Artificial Generativa no Desempenho de Procuradorias Digitais

Talita Taínes Almeida Santos, Adalmir de Oliveira Gomes, Renata Cavalcante Scutti, Ana Paula Bontempo de Almeida

04

03/11/2026 10:30 às 12:00 • Sala 4

Mediação: Guilherme Gomes

Tema: Inclusão e grupos vulnerabilizados

Trabalho empírico

PROFOR-Jus: Protocolo Orientador para Formulação e Refinamento de Práticas de Acesso à Justiça no Brasil

Eloisa Gonçalves da Silva Torlig, Ana Carla Werneck

Trabalho empírico

O Endereço Fixo Como Pressuposto Oculto do Sistema de Justiça

Alessandra Rocha da Silva Souza

Relatório técnico

TEAcolhe: Gestão Inclusiva do Acesso à Justiça Federal no Ceará

Ilton Aparecido de Paiva

Relatório técnico

Educação em Direitos e Formação Cidadã: Programa Defensoria nas Escolas no Distrito Federal.

Rosinete Maria de Paula, Maria Gabryella Rocha de Oliveira, Maria Helena Medeiros do Nascimento

05

03/11/2026 14:00 às 15:30 • Sala 1

Mediação: Thiago Sayão

Tema: Dados judiciais e métricas

Ensaio teórico

Para além da produtividade: métricas de acesso à justiça, legal design e gestão da informação judicial

Mércia Deodato do Nascimento

Ensaio teórico

Métricas de aceleração e produtividade inteligente nos gabinetes da justiça comum

Rodrigo de Carvalho Assumpção, Sofia Resende de Deus

Trabalho empírico

Governança de Dados em Organizações Públicas: Evidências Empíricas de Implementação

Greiceane Mesquita de Menezes, Priscila do Nascimento Alves

Ensaio teórico

Limites à Mensuração da Judicialização no Setor Aéreo Brasileiro

Natália Angélica Chaves Cardoso

06

03/11/2026 14:00 às 15:30 • Sala 2

Mediação: Ana Carla Werneck

Tema: Femicídio e violência letal

Trabalho empírico

Acesso à Justiça e Violência Doméstica: Percepções das Mulheres com Medidas Protetivas

Myrian Caldeira Sartori

Trabalho empírico

Gestão Integrada do Risco de Violência Letal Contra Mulheres em Goiás

Carlos Antonio Ferreira de Oliveira, Marcos Antonio Lira, Cleiton Campos de Almeida

Trabalho empírico

Feminicídios Consumados em Goiás no Ano de 2025: Um Estudo Empírico sobre Dinâmica Relacional e Informação Policial

Jeane Brito dos Reis, Vinicius Nunes da Silva, Rachel de Lima Santos, Hermison Victor Pereira Alencar Sampaio

Trabalho empírico

Entre Prevenção e Reação: Limites da Provisão de Justiça às Mulheres Goianas

Sofia Santos de Oliveira

07

03/11/2026 14:00 às 15:30 • Sala 3

Mediação: Andréa Abrahão

Tema: Justiça restaurativa

Ensaio teórico

Lean Office e CEJUSCs: Desperdícios nos Fluxos como Barreiras à Desjudicialização

Angela Cristina Vieira Chaves, Cleiton Rodrigues de Vasconcelos

Relatório técnico

Formação com Conhecimentos Indígenas sobre Emergência Climática e Justiça Restaurativa

José Marcelo Maia Nogueira, Vanda Lucia Roseno Batista, Leonardo Afonso Franco de Freitas

Trabalho empírico

Justiça Restaurativa na Prevenção de Devoluções em Processos de Adoção Tardia

Auriselma de Araújo

Ensaio teórico

Justiça Restaurativa e Desigualdade Estrutural: Caminhos para a Equidade no Judiciário a Partir da Perspectiva dos Grupos Minorizados

João Sobrinho da Silva Melo, Francisco Mata Machado Tavares

08

03/11/2026 14:00 às 15:30 • Sala 4

Mediação: Tomás de Aquino Guimarães

Tema: Metas, desempenho e produtividade

Ensaio teórico

A Modernização Estratégica dos Tribunais Portugueses: o Papel dos Indicadores de Desempenho na Eficiência e Qualidade da Justiça

Lucas de Lima Marques, Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia, Susana Antas Videira, Ricardo Lopes Dinis Pedro, Fabrício Castagna Lunardi

Trabalho empírico

Governança Orientada a Evidências e Inteligência Analítica no Judiciário: Modelagem Preditiva de um Simulador Computacional das Metas Nacionais do CNJ

Natália Ribeiro de Souza Evangelista, Simone de Araújo Góes Assis, Leticia Toledo Maia Zoby, Nicole Lima Duarte, Mateus de Lima Costa

Ensaio teórico

Estratégia sem Problema? Valor Público e Planejamento Estratégico no Judiciário Brasileiro

João Paulo Braga Cavalcante, Francisco Eduardo Torquato Scorsafava, Thiago da Silva Sampaio, Ulisses Jose Duarte Lima Monteiro

Ensaio teórico

Apontamentos Para um Estudo de Caso Sobre as Mudanças nas Metas e nas Premiações do Conselho Nacional de Justiça

Stéfano Gonçalves Lima, Clara da Mota Santos Pimenta Alves

09

03/11/2026 16:00 às 17:30 • Sala 1

Mediação: Ana Carla Werneck

Tema: Gestão de pessoas, infraestrutura e institucionalização

Trabalho empírico

Isomorfismo e Desacoplamento na Institucionalização do Balanced Scorecard no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Acauã Alves Galvão da Silva

Relatório técnico

Autocuidado e Bem-estar: “Cuidando de quem ouve” Prática de Gestão Inovadora no Sistema de Justiça

Alda Souza Figueredo, Mariana Yuka Akamine, Valéria Ferraz Guimarães, Luana Cristina Thédiga de Miranda, Maria do Carmo Parente Matias

Ensaio teórico

Governança Predial Sociomaterial na Justiça Híbrida: Infraestrutura de Implementação

Igor Caires Machado, Regina Luna Santos de Souza

Trabalho empírico

Laboratórios Multiusuários, Justiça Territorial e ODS: Materialização de Políticas de CT&I

Laura de Faveri, Thiago Maia Sayão de Moraes, Jenaina Nasser, Carlos Roberto dos Santos Junior

10

03/11/2026 16:00 às 17:30 • Sala 2

Mediação: Bruno Batista de Carvalho Luz

Tema: Informação, desinformação e plataformas de dados

Trabalho empírico

Voids Informacionais na Administração da Justiça: Entre Abundância Informacional e Desinformação

Carolina Wunsch Marcelino, Samir Adamoglu, Edson Guarido, Marcel Alessandro Zimmer

Relatório técnico

DataJust – Governança de Dados e Self-Service Analytics para Apoio à Administração da Justiça

Sergio Maia Raulino, Márcio Bezerra de Menezes Serpa Filho, Diego de Matos Bezerra, Wescley Brasil Silveira

Relatório técnico

Comunicação Interinstitucional para Ativação de Política Pública: Uma Intervenção com a Tomada de Decisão Apoiada

Welkey Costa do Carmo, Dayana Claudia Tavares Barros de Castro, Iago Capistrano Sá, Sidan Orafa, Fellipe Camara Branco D'Oliveira

Trabalho empírico

Desinformação Eleitoral e Padrões Decisórios no TRE-GO em 2024

Caio Celso Bueno de Moura, Dylhermanno dos Reis Menezes

11**03/11/2026 16:00 às 17:30 • Sala 3****Mediação:** Laís Barreto**Tema:** Justiça criminal, juvenil e segurança pública**Trabalho empírico****Análise das Estratégias de Combate a Crimes Envolvendo Criptoativos em Países Latino-Americanos**

Raphaella Soares de Melo, Carlos André de Melo Alves, Igor Outeiral da Silva

Trabalho empírico**O Impacto do Projeto “Progredindo para Liberdade” na Reincidência e Ressocialização em Senador Canedo entre 2016 a 2026**

Sarah Caponi Faleiro

Trabalho empírico**Gestão por Processo na Justiça Juvenil: Diagnóstico e Modelagem do Atendimento Inicial ao Adolescente em Conflito com a Lei**

Maria Betânia Silva Magalhães, Steffan Macali Werner

Relatório técnico**O Monitoramento de Decisão da Corte Interamericana no Âmbito da Justiça Potiguar**

Bruna Agra de Medeiros, Thiago Oliveira Moreira

12**03/11/2026 16:00 às 17:30 • Sala 4****Mediação:** Luciano Athayde**Tema:** Litigiosidade e gestão processual**Trabalho empírico****Metodologia para Identificação da Litigância Abusiva e Predatória: Projeto Piloto**

Hadjá Rayanne Holanda de Alencar

Trabalho empírico**Litigância Abusiva Reversa e Acesso à Justiça: Uma Análise Empírica da Atuação da Fazenda Pública no Tribunal Superior do Trabalho**

Sandro Lucena Rosa

Ensaio teórico**A Descentralização da Gestão Processual pelo Saneamento Cooperativo: uma Abordagem Teórica sob a Ótica da Prudência Jurisprudencial Compartilhada**

Vitor Monteiro Raimondi

Ensaio teórico**Políticas Judiciárias para a Efetividade da Execução Civil: a Experiência do TJGO**

Kátia Michelle Matos de Oliveira, Andréa Sousa Martins, Mário David Magalhães Soares Fernandes, Ricardo Gleidson de Vasconcelos, Jordânia de Sousa Gomes

13

04/11/2026 08:00 às 09:30 • Sala 1

Mediação: Cláudia Maria Barbosa

Tema: Acesso digital à justiça

Trabalho empírico

Acesso Digital à Justiça no Brasil: Padrões de Uso e Conclusão Transacional Autônoma em Serviços Jurídicos Online

Adalmir de Oliveira Gomes, Fabrício Castagna Lunardi

Relatório técnico

Do Formulário ao Serviço: Redesenho Sociotécnico da Atermação nos Juizados Especiais Cíveis

João Paulo Braga Cavalcante, Ulisses Duarte Monteiro, Luciana Teixeira de Souza, Carlos Olegário Cavalcante Pinheiro

Trabalho empírico

BIA: Plataforma Integrada para Eficiência e Governança no Atendimento Judicial

Mariana de Oliveira Nunes Freitas, Liliana Holanda Farias de Araripe Santiago, Denise Maria Norões Olsen, Hertz Gomes Fernandes Vieira, Jordânia de Sousa Gomes

Trabalho empírico

A tecnologia como ferramenta para o acesso à justiça dos vulneráveis: uma leitura a partir das boas práticas do Judiciário

Ana Carla Werneck, Eloisa Gonçalves da Silva Torlig

14

04/11/2026 08:00 às 09:30 • Sala 2

Mediação: Rafael Rabelo Nunes

Tema: Governança de dados

Ensaio teórico

Base Nacional de Dados do Poder Judiciário - DATAJUD enquanto fonte primária de pesquisa empírica

Inácio André de Oliveira

Trabalho empírico

Diagnóstico de Maturidade em Anonimização nos Órgãos Federais com PCOA e iAnon

Mário Gleick Aguiar Guimarães, Arnaldo Mauerberg Junior

Relatório técnico

Governança de Dados e a Utilização de Inteligência Artificial em Pesquisas sobre Organizações da Justiça: o Método Sistemático do Observatório Legítimo

Joshua Rodas Medici, Edson Ronaldo Guarido Filho

Ensaio teórico

Da Teoria ao Design Institucional da Governança de Dados

Greiceane Mesquita de Menezes

15

04/11/2026 08:00 às 09:30 • Sala 3

Mediação: Luciano Athayde

Tema: Implementação, riscos e controle

Trabalho empírico

Determinantes do Superfaturamento em Contratações de Obras e Serviços de Engenharia Distritais

Marcelo Silva Santana, Carlos André de Melo Alves

Ensaio teórico

A Dupla Redundância Decisória e o Paradoxo da Produtividade: uma Governança Sistêmica

Vivian Cristiane Eisenberg de Almeida Sobreiro

Relatório técnico

A Implementação da Política de Gestão de Riscos no TJCE: a Experiência do Serviço de Consultoria Realizado pela Auditoria Interna.

Leonel Gois Lima Oliveira, Juliana Alencar Alves, Alexandre Santos Bezerra Sá, Thalita da Silva Pereira

Trabalho empírico

O Papel dos Gestores da Área-Fim na Implementação de Políticas Judiciárias: Uma Análise da Governança Judicial no Primeiro Grau de Jurisdição

Antonio Mateus Nunes Alencar, José Diego Nunes Xavier, Rafaella Lopes Ferreira, Renata Silveira Meneses

16

04/11/2026 08:00 às 09:30 • Sala 4

Mediação: José Querino

Tema: Ministério Público e políticas públicas

Trabalho empírico

Entre o Litígio e a Concertação: Uma análise da atuação do Ministério Público da União em conflitos socio-ambientais

Priscila Ribas Azambuja, Tomas de Aquino Guimaraes

Trabalho empírico

Ministério Público Federal e Políticas Públicas Climáticas para Povos e Comunidades Tradicionais

Sônia Maria Soares, Galtiênio da Cruz Paulino, João Mendes da Rocha Neto

Trabalho empírico

O Ciclo da Denúncia no MPF: Transparência e Accountability ao Cidadão

Gabriel de Meneses Batista, Eduardo Henrique Correa da Silva Paranhos Neris, Fabiano Henrique Cruz Fernandes

Ensaio teórico

Ministério Público: Instituição Mal Situada na Abordagem Direito e Políticas Públicas

Leonardo Seixlack Silva

17

04/11/2026 14:00 às 15:30 • Sala 1

Mediação: Tomás de Aquino Guimarães

Tema: Estratégia, valor público e métricas

Trabalho empírico

Índice de Valor Público Judicial nos Tribunais Estaduais

Acauã Alves Galvão da Silva

Ensaio teórico

A Armadilha da Métrica: Eficiência Produtiva e Distribuição de Direitos no Judiciário

Luciana Yuki Fugishita Sorrentino

Relatório técnico

A ENAJU como Marco da Evolução da Educação Corporativa no Poder Judiciário

Igor Caires Machado, Daniel Ribeiro Surdi de Avelar, Fabio Lopes Fernandes Ramos

Relatório técnico

Inovação no Planejamento Estratégico do MPGO: Revisão por Dados e Participação Ampliada

Liana Antunes Vieira Tormin, Marcelo André de Azevedo, Rafael Correa Costa

18

04/11/2026 14:00 às 15:30 • Sala 2

Mediação: Platon Teixeira de Azevedo Neto

Tema: IA generativa: barreiras, percepções e desempenho

Trabalho empírico

Barreiras ao Uso da Inteligência Artificial Generativa no Ministério Público

Laís Karla da Silva Barreto, Aluísio Augusto Ribeiro, César Ricardo Maia de Vasconcelos, Carolina Barbosa Montenegro, Leandro Trigueiro Fernandes

Trabalho empírico

Global AI Adoption in Public Order and Safety: A Worldwide Study

Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia, Maria José Gonçalves, Jennifer Elston, Hugo Pinto, José Dias Lopes

Trabalho empírico

Uso de Inteligência Artificial no Supremo Tribunal Federal: Percepções, Padrões de Adoção, Riscos e Oportunidades para uma Governança Responsável

Fabiane Azevedo Guimarães, Marina Figueiredo Moreira, Helton Garcia, Rafael Rabelo Nunes

Trabalho empírico

Inteligência Artificial Generativa e Desempenho no Trabalho Jurídico-Docamental do Ministério Público Federal

Ana Paula Bontempo de Almeida, Renata Cavalcante Scutti, Talita Taines Almeida Santos

19

04/11/2026 14:00 às 15:30 • Sala 3

Mediação: Simone Goes

Tema: Políticas sociais, direitos e equidade

Trabalho empírico

A Eficácia das Políticas Sociais na era da Governança Digital Orientada a Evidências: Uma análise de Modelagem Preditiva da Judicialização do BPC (2004-2025)

Natália Ribeiro de Souza Evangelista, Simone de Araújo Góes Assis, Sérgio da Costa Côrtes, Gustavo Miguel Queiroz Viana, William Wallace Ribeiro Matos

Ensaio teórico

Justiça Terapêutica na Política Pública sobre Drogas como Solução Institucional em Disputa

Alexandre Alves Nunes, Gaspar Alexandre Machado de Sousa

Trabalho empírico

“Já” e “Ainda Não”: Sistema Regulatório e Trabalho Escravo no Brasil

Adelina Prado Caldas Neres, Thiago Maia Sayão de Moraes, Luziléa Brito de Oliveira, Leandra Vilela Rodrigues Chaves

Ensaio teórico

Lean Office para uma Gestão Judicial Orientada à Equidade

Angela Cristina Vieira Chaves, Cleiton Rodrigues de Vasconcelos

20

04/11/2026 14:00 às 15:30 • Sala 4

Mediação: Fernanda Guarido

Tema: Qualidade dos serviços, atendimento e articulação institucional

Relatório técnico

Ser Mulher no Judiciário: inovação em gestão humanizada e escuta institucional

Alda Souza Figueredo, Mariana Yuka Akamine

Ensaio teórico

CEJUSC Saúde e Administração da Justiça: Uma Proposta de Análise Jurídico-Institucional a Partir do Quadro de Referência de Bucci.

Érica Cristina Nunes dos Santos

Trabalho empírico

Sustentação Oral e Governança Judiciária: Análise Documental Comparada de Tribunais Brasileiros

Marcos César Gonçalves de Oliveira

Trabalho empírico

Qualidade do Atendimento Judiciário: Uma Lacuna na Pesquisa em Administração da Justiça.

Nelson Ricardo de Moraes Nogueira, Naeliton Lima Simao, Denise Bastos Pontes, Maryanne Goncalves Silva, Mykaely Daiany Lacerda Silva

21

05/11/2026 08:00 às 09:30 • Sala 1

Mediação: Carlos André

Tema: Gestão organizacional e tomada de decisão

Trabalho empírico

Redes Informais Mediadas Pelo Whatsapp e Eficiência Decisória: Evidências nas Procuradorias do Ministério Público do Ceará

Laís Karla da Silva Barreto, Antonio Laerte Guedes Neto, César Ricardo Maia de Vasconcelos, Carolina Barbosa Montenegro, Walid Abbas El Alouar

Trabalho empírico

Concepção da Plurianualidade Orçamentária: Percepções de Gestores no Ministério Público da União

Vivian Fernandes Eckhardt, Carlos André de Melo Alves

Trabalho empírico

Desenvolvimento e Validação de Solução Metodológica para Apoio à Priorização de Projetos e Ações Institucionais no Âmbito do TRT21

Caio Lima de Azevedo

Trabalho empírico

Ambidestria Organizacional em Organizações Públicas: Evidências Empíricas

Priscila do Nascimento Alves, Greiceane Mesquita de Menezes

22

05/11/2026 08:00 às 09:30 • Sala 2

Mediação: Edson Guarido

Tema: IA na decisão judicial e governança algorítmica

Ensaio teórico

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA NO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO JUDICIAL: REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

Beatriz Fruet de Moraes, Fabrício Castagna Lunardi

Ensaio teórico

Governança Algorítmica no Poder Judiciário: limites da automação decisória após a Resolução CNJ nº 615/2025

Rodrigo de Carvalho Assumpção

Ensaio teórico

Coordenamento Algorítmico no Sistema de Justiça

Rafael Correa Costa

Trabalho empírico

Inovação Institucional e Responsabilidade Algorítmica: Capacidades Organizacionais do Sistema de Justiça Brasileiro diante do ECA Digital

Mário Gleick Aguiar Guimarães

23**05/11/2026 08:00 às 09:30 • Sala 3****Mediação:** Marcos Moraes**Tema:** Inovação institucional no sistema de justiça**Trabalho empírico****Política e Processo de Inovação no Ministério Público Federal: Análise de Condicionantes**

Pedro Henrique Rodrigues de Camargo Dias, Tomás de Aquino Guimarães, Jonilto Costa Sousa

Trabalho empírico**Laboratórios de Inovação no Sistema de Justiça: Difusão e Legitimidade Institucional**

Thiago da Silva Sampaio, João Paulo Braga Cavalcante, Francisco Ubiratan Castro Viana Júnior, Bruno Marques Albuquerque

Trabalho empírico**Blockchain e Governança no Ministério Público Federal: Condições de Viabilidade Institucional**

Guilherme Nóbrega Rodrigues Pereira

Relatório técnico**Entenda Política: Jogo de Formação Política sobre Sistema de Justiça e Além**

Arthur Rocha Macedo, José Marcelo Maia Nogueira

24**05/11/2026 08:00 às 09:30 • Sala 4****Mediação:** Bruno Batista de Carvalho Luz**Tema:** Integração institucional e cidadania**Relatório técnico****Justiça Além dos Fóruns: Integração Institucional Ampliando Inclusão Social e Cidadania**

Mariana de Oliveira Nunes Freitas, Thais Lacerda de Araújo Raiciki, Francisca Valeria Pires Teixeira, Izabela Maciel Melo, Jose Aldery Alves de Alencar Filho

Trabalho empírico**Políticas de Justiça e Grupos Vulnerabilizados: a Defensoria Pública em Goiás**

Victor Hugo Rodrigues da Silva, Andréa Abrahão Costa

Ensaio teórico**A Relevância do Pensamento Sistêmico para a Inclusão Laboral de Pessoas com Deficiência no Poder Judiciário**

Priscila Lopes da Silveira

Relatório técnico**Da Rua aos Direitos: Integração Institucional e Acesso à Justiça**

Mariana de Oliveira Nunes Freitas, Thais Lacerda de Araújo Raiciki, Maryanne Goncalves Silva, Mykaely Daiany Lacerda Silva, Denise Bastos Pontes

25

05/11/2026 08:00 às 09:30 • Sala 5

Mediação: Diva Coelho

Tema: Respostas institucionais à violência doméstica

Relatório técnico

Núcleo de Apoio às Vítimas do MPGO: da Invisibilidade à Reparação Integral — uma Inovação Institucional no Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência de Gênero

Pedro Henrique Silva Barbosa, Gaspar Alexandre Machado de Sousa

Relatório técnico

NUCEVID – Núcleo de Combate à Violência Doméstica

César Morel Alcântara, Francisca Bruna Araújo Honorato, Karoline Sales Freire Nogueira do Couto

Trabalho empírico

Articulação Institucional do TJRN no Enfrentamento à Violência Doméstica em Natal

Heloíza Gomes de Lima Ramos, Diva Julia Safe

Relatório técnico

JUSTIÇA SOCIAL EM TERRITÓRIOS DE AUSÊNCIA ESTATAL: A OUVIDORIA JUDICIAL DA MULHER COMO PONTE ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS E ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA NA AMAZÔNIA

Elayne da Silva Ramos Cantuária, Marcela Perreira da Silva

26

05/11/2026 10:00 às 11:30 • Sala 1

Mediação: Marcelo Maia

Tema: Consensualidade e desjudicialização

Trabalho empírico

Além da Técnica Processual: a consensualidade como política pública administrativa

Yuri Alexander Nogueira Gomes Nascimento

Trabalho empírico

Eficácia da Conciliação Obrigatória na Tramitação Processual: Experimento nos Juizados Especiais Cíveis

Paulo Giovani Militão de Alencar

Relatório técnico

Justiça Restaurativa como Ferramenta de Escuta e Diagnóstico Institucional em Unidade de Acolhimento

Auriselma de Araújo, Alcineia Rodrigues dos Santos

Trabalho empírico

Políticas Públicas Judiciárias: A Eficiência Econômica dos Acordos Pré-Processuais para o Erário.

Líliá Fernandes dos Reis, Sílzia Alves Carvalho

27

05/11/2026 10:00 às 11:30 • Sala 2

Mediação: Pedro Correia

Tema: Direitos humanos, sistema interamericano e crise climática

Trabalho empírico

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E O SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: UM ESTUDO DO TRIBUNAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

Marina Soares da Fonsêca, Thiago Oliveira Moreira

Ensaio teórico

Justiça em um Mundo em Crise: Repensando a Administração da Justiça diante do Antropoceno

Gilton Batista Brito, Glessia Silva

Trabalho empírico

Acesso à Justiça Regional em Direitos Humanos Admissibilidade, Trajetórias Procedimentais e Barreiras nos Sistemas Europeu e Interamericano

Guilherme Gomes Vieira

Trabalho empírico

Direito Internacional e Políticas Públicas Nacionais de Justiça: Intersecções a partir de Soluções Amistosas na CIDH

Ana Carolina Campara Verdum, Ademar Pozzatti

28

05/11/2026 10:00 às 11:30 • Sala 3

Mediação: Eda Lucas

Tema: Judicialização, processo estrutural e legitimidade

Ensaio teórico

Críticas e Limites ao Controle Jurisdicional de Políticas Públicas e ao Processo Estrutural no Brasil: Mais do Mesmo?

Carlos Gustavo Silva Rodrigues

Trabalho empírico

Justiça Social sob Cerco: Avaliação do Impacto Causal das Reformas Administrativas e da Austeridade Fiscal na Concessão e Judicialização do BPC (1996-2025)

Simone de Araújo Góes Assis, Natália Ribeiro de Souza Evangelista, Eda Castro Lucas de Souza, Pedro Henrique de Sousa Santos

Ensaio teórico

A Legitimidade das Normas Técnicas Privadas no Sistema de Justiça: Um Paradoxo Institucional entre Legalidade e Institucionalização

Ana Clara Siqueira de Paula

Ensaio teórico

O Cumprimento de Sentença como Espaço de Governança Judicial nos Processos Estruturais

Aline Daniele Belem Cordeiro Lucas

29

05/11/2026 10:00 às 11:30 • Sala 4

Mediação: Adalmir de Oliveira Gomes

Tema: Linguagem simples, transparência e comunicação com o cidadão

Trabalho empírico

Implementação da Linguagem Simples no Judiciário Goiano: Percepções da Assessoria Jurídica

Genésio Lorindo Cardoso Júnior

Relatório técnico

Padronização da Pesquisa de Satisfação no STJ

Alda Souza Figueredo, Mariana Yuka Akamine, Rowena Carraca Neves

Ensaio teórico

Linguagem Simples como Estratégia de Governança Judicial Comunicacional: Tecnologia, Visual Law e Redução de Desigualdades Sociais no Contexto da Justiça 4.0

Mércia Deodato do Nascimento

Ensaio teórico

Da Transparência à Efetividade: Gestão da Informação no Judiciário Digital

Thuanmy de Andrade Daniel Silveira, Edson Ronaldo Guarido Filho

30

05/11/2026 10:00 às 11:30 • Sala 5

Mediação: Daniela Athayde

Tema: Medidas protetivas e acesso das mulheres à justiça

Trabalho empírico

Condições Institucionais do Sistema de Justiça para Reduzir o Femicídio

Mara Célia Ferreira Ataíde, Marcos de Moraes Sousa

Trabalho empírico

Monitoramento de Medidas Protetivas pela Patrulha Maria da Penha em Goiás

Carlos Antonio Ferreira de Oliveira, Marcos Antonio Lira, Cleiton Campos de Almeida

Trabalho empírico

Trajetórias de Acesso à Justiça: Percepções de Mulheres Vítimas de Violência Doméstica em Âmbito Multirregional

Rosângela Traguetto, Myrian Caldeira Sartori, Marcus Vinícius Pereira Júnior

Ensaio teórico

Quando Digitalizar não é Democratizar: Lacunas na Proteção Judicial de Mulheres

Álvaro Soares Cândido dos Anjos, João Henrique Lara Pereira

31**05/11/2026 14:00 às 15:30 • Sala 1****Mediação:** Platon Teixeira de Azevedo Neto**Tema:** Automação e robôs na gestão judicial**Relatório técnico****Robotização e Inteligência Artificial na Gestão da Execução Penal: relato de uma boa prática para otimização da prestação jurisdicional em unidade especializada**

Cezar Belmino Barbosa Evangelista Júnior, Luciano Batista de Almeida, Vivian Carneiro Souza Leão de Oliveira

Relatório técnico**Governança Algorítmica e Eficiência Jurisdicional: O Desenvolvimento de um Robô Pedagógico Centrado em Dados e Legal Design para a Execução de Metas Institucionais no Judiciário**

Sérgio da Costa Côrtes, Leticia Toledo Maia Zoby, Leonardo Araujo Pereira, Filipe de Campos Duarte, Giuliano Ferreira Filho

Relatório técnico**MP Rotas Investigativas: Aplicação de Inteligência Artificial e Gestão do Conhecimento para Apoio às Atividades Investigativas no Ministério Público do Estado do Ceará**

Gleidson Sobreira Leite, Luiz Eduardo Mendes, Aureliano Rebouças Júnior, Domingos Sávio Silva Carneiro, Carlos Magno Dantas de Figueiredo Belém

Relatório técnico**Governança de Dados Processuais e Eficiência Judiciária: Uma Intervenção Automatizada para Redução da Frustração de Mandados**

Welkey Costa do Carmo, Danielle Estevam Albuquerque, Rafaella Lopes Ferreira, Iago Capistrano Sá, Sidan Orafa

32**05/11/2026 14:00 às 15:30 • Sala 2****Mediação:** Pedro Correia**Tema:** Gênero, masculinidades e cultura institucional**Trabalho empírico****Cultura Judicial, Gênero e Resistências em Varas de Violência Doméstica**

Jéssica Traghetto Silva, Adalmir de Oliveira Gomes, Eloisa Torlig

Trabalho empírico**Mulheres no Comando? Uma Análise da Representação Feminina nas Chefias da Polícia Civil de Goiás**

Camila de Cássia Ferreira Oliveira Linhares, Bruno Rodrigues Costa, Rachel de Lima Santos

Ensaio teórico**Machosfera e Misoginia em Rede: Lacunas Conceituais na Provisão de Justiça**

Dylhermanno dos Reis Menezes, Franciele Silva Cardoso

Relatório técnico**Masculinidades e Transformação Institucional: Uma Experiência no Poder Judiciário**

Débora Pinho Arruda, Angela Teresa Gondim Carneiro Chaves, Ana Cristina de Pontes Lima Esmeraldo, Jucélia Bento de Castro, Carla Dandara Pinheiro Alexandrino

33**05/11/2026 14:00 às 15:30 • Sala 3****Mediação:** Marcelo Maia**Tema:** Infância, juventude e sistema socioeducativo**Trabalho empírico****Necessidades Psicológicas Básicas e Trabalho Docente em Unidades de Internação Socioeducativas**

Eulália Rejane Lopes Silva, Leonardo Ferreira de Oliveira

Trabalho empírico**Cooperação Judiciária no Acolhimento de Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte: a Experiência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará**

Everardo Lucena Segundo, Maria Anita Araruna Correa Dias, Luciano Nunes Maia Freire, Rhaila Carvalho Said

Relatório técnico**Atendimento Inicial de Adolescentes em Conflito com a Lei: Proteção Integral com Celeridade Processual**

Maria Betânia Silva Magalhães, José dos Santos Costa, Steffan Macali Werner

34**05/11/2026 14:00 às 15:30 • Sala 4****Mediação:** Fabrício Lunardi**Tema:** Políticas judiciais: teoria e campo**Ensaio teórico****Conferência Nacional como Espaço de Coprodução de uma Política Nacional de Justiça**

Claudia Maria Barbosa, Maria Letícia Barbosa Xavier, José Querino Tavares Neto

Ensaio teórico**Public Policy Categories and Juridical-Institutional Agency in Judicial Policies**

Matheus Gabriel Barbosa

Trabalho empírico**Política Judiciária como Campo Emergente: Da Cartografia Bibliométrica à Maturidade Observável das PJNP**

Igor Caires Machado, Marina Brazil Bonani, Antonio Ferreira de Melo Filho, Juliana Almeida Costa Cronemberger

Trabalho empírico**O CNJ como formulador de políticas públicas: ativismo judicial, legitimidade e imparcialidade na prestação jurisdicional**

Leandra Vilela Rodrigues Chaves, Adelina Prado Caldas Neres

Sessão de Apresentação de Boas Práticas do Prêmio Infosfera

05.11.26 • 14h00

Boas Práticas em Gestão da Informação na Esfera Pública

Reconhecimento nacional de servidores, equipes e órgãos que transformam a administração pública por meio do desenvolvimento e aplicação de boas práticas em gestão da informação.

Cerimônia de Premiação e Encerramento

05.11.26 • 16h00 às 18h00

Balanço do EnAJUS 2026 / Premiação de Trabalhos

COORDENAÇÃO GERAL DO EVENTO

Profa. Dra. Jéssica Traguetto Silva

Coordenadora-Geral do EnAJUS 2026

Prêmio Tomás de Aquino Guimarães de Melhores Trabalhos EnAJUS 2026:

Outorga dos certificados aos artigos vencedores nas três modalidades oficiais:

- Trabalho Empírico
- Ensaio Teórico
- Relatório Técnico de Gestão

Prêmio Infosfera 2026

Reconhecimento das seguintes categorias (não cumulativas, exceto a Escolha Popular):

- Grande Prêmio Infosfera
- Destaque Regional (Goiás)
- Destaque Municipal
- Menções Honrosas
- Referência em Boa Prática
- Escolha Popular

Um Convite ao EnAJUS 2027

Apresentação da cidade-sede e instituição anfitriã da 10ª edição comemorativa do EnAJUS.

Realização e Apoio do EnAJUS 2026



PATROCÍNIO



APOIO



Comitê Organizador do EnAJUS 2026

Jéssica Traguetto Silva

Coordenadora-Geral do EnAJUS 2026, Professora Adjunta, Universidade Federal de Goiás, Brasil.

Adalmir de Oliveira Gomes

Professor Associado, Universidade de Brasília, Brasil.

Eda Castro Lucas de Souza

Professora, Centro Universitário IESB, Brasília, Brasil.

Eduardo Vera-Cruz Pinto

Professor Catedrático, Universidade de Lisboa, Portugal.

Flávia Roberta Fernandes

Professora Adjunta, Universidade Estadual de Maringá, Brasil.

Jorge Albino Alves Costa

Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, República Portuguesa, Portugal.

Laís Karla da Silva Barreto

Professora, Coordenadora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Potiguar (PPGA/UNP), Brasil.

Miguel Romão

Professor da Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa, Portugal.

Samir Adamoglu de Oliveira

Professor Adjunto, Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba (PPGA/UFPB), Brasil.

Susana Antas Videira

Professora Associada, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e da Universidade Europeia, Diretora-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça, Portugal.

Walid Abbas el Aouar

Professor, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Potiguar (PPGA/UNP), Brasil.

Platon Teixeira de Azevedo Neto

Vice-Coordenador do EnAJUS 2026, PPGDP/ Universidade Federal de Goiás, Brasil.

Bernardo Oliveira Buta

Professor, Fundação Getulio Vargas (FGV-EPPG), Brasil.

Edson Ronaldo Guarido Filho

Professor Adjunto, Universidade Federal do Paraná, Brasil.

Fabício Castagna Lunardi

Professor, Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), Brasil.

João Abreu de Faria Bilhim

Professor Catedrático, Universidade de Lisboa, Portugal.

José Marcelo Maia Nogueira

Doutor, Tribunal de Justiça do Ceará, Brasil.

Luciano Athayde Chaves

Professor, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil.

Pedro Miguel Alves Correia

Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Consultor da Direção-Geral da Política de Justiça, Ministério da Justiça de Portugal, Portugal.

Saulo de Oliveira Pinto Coelho

Professor, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito e Políticas Públicas da Universidade Federal de Goiás (PPGDP-UFG), Brasil.

Tomás de Aquino Guimarães

Professor Titular, Universidade de Brasília, Brasil.

Comitê de Administração e Tecnologia

André José Ribeiro Guimarães

Doutor em Gestão da Informação, Universidade Federal do Paraná e Designer Gráfico, Brasil.

Arthur Roberto Pereira Freire da Silva

Mestre, Universidade Federal do Paraná, Brasil.

Realização e Apoio do Prêmio Infosfera 2026



APOIO INSTITUCIONAL E OPERACIONAL





Goiânia
3 a 6 nov 2026

enajus.org.br



PrêmioInfosfera

premio.infosfera.inf.br

